

Doutrina

IDENTIDADE NACIONAL: vínculo e pertencimento e os sentidos da liberdade

Maria Garcia

O VICE-PREFEITO E O PRINCÍPIO DA INACUMULABILIDADE DE CARGO PÚBLICO

Calil Simão Neto

A TEORIA DISCURSIVA DO DIREITO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO PROCEDIMENTAL DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Eder Bomfim Rodrigues

BRASIL EM AUTOPOIESE NO PAPEL DA SEGURANÇA LATINO-AMERICANA: DA ESTAGNAÇÃO À REINVENÇÃO DE UMA NOVA VISADA ESTRATÉGICA

Gisela Biacchi Emanuelli

TRAÇOS DE CONJUGAÇÃO ENTRE O NEOCONSTITUCIONALISMO E A ÓPTICA COSMOPOLITA: "desvios" para um estado constitucional cooperativo no Brasil

Valéria Ribas do Nascimento

A TEORIA DAS RESTRIÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Eduardo Ribeiro Moreira

TRAÇOS DE CONJUGAÇÃO ENTRE O NEOCONSTITUCIONALISMO E A ÓPTICA COSMOPOLITA: "desvios" para um estado constitucional cooperativo no Brasil

Valéria Ribas do Nascimento

O ESPORTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL E COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, SOCIAIS, EDUCACIONAIS E DE PROMOÇÃO DE SAÚDE, À LUZ DO DIREITO

Marco Aurélio Paganella

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O PRINCÍPIO DA MORALIDADE DO CAPUT DO ART. 37

Licinia Rossi Correia Dias

O ASSENTIMENTO PRÉVIO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

Renata de Souza Furtado

AUSÊNCIA DE MONOPÓLIO NO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO

Orlando Luiz Zanon Junior

INEFICÁCIA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO: o código brasileiro de aeronáutica e o "abate" dos direitos fundamentais. instituição do direito penal do inimigo

Paola Frassinetti Alves de Miranda

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

Fernando Rodrigues Martins

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: o (des)assistido pela constituição

Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - Aplicabilidade - Descaminho - Valor do tributo não recolhido menor do que aquele previsto para arquivamento, sem baixa na distribuição, de autos de ações fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União - Inexistência de lesividade na conduta do acusado - Trancamento da ação penal por falta de justa causa que se impõe.

Supremo Tribunal Federal

PENA - Crime hediondo - Entorpecente - Tráfico - Substituição de reprimenda privativa de liberdade por restritiva de direitos - Inadmissibilidade - Redação original do art. 2.º, § 1.º, da Lei 8.072/1990 que, ao impedir a progressão de regime prisional, proibia, implicitamente, a aplicação do benefício previsto no art. 44 do CP - Inexistência de aplicação retroativa do art. 44, caput, da Lei 11.343/2006, uma vez que o sistema jurídico anterior à sua vigência já não

permitia a substituição de penas aos delitos considerados hediondos e a eles equiparados.
